



08 DE OUTUBRO DE 2015

Quinta-feira

- SANCIONADA A LEI QUE AUMENTA A ALÍQUOTA DA CSLL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
- TCU DESAPROVA CONTAS DE DILMA; PLANALTO TENTARÁ ANULAR A DECISÃO NO STF
- MAIORIA DA BANCADA DO PARANÁ JÁ COGITA APOIAR SAÍDA DE CUNHA
- SUÍÇA BLOQUEIA US\$ 2,4 MILHÕES DAS CONTAS SECRETAS DE EDUARDO CUNHA
- TERMINAL DE CONTÊINERES DEVE SER PRIMEIRO ATIVO VENDIDO PELA CSN
- SENADO APROVA NOVAS REGRAS PARA A APOSENTADORIA
- VW É ACIONADA PELA JUSTIÇA NO BRASIL A PRESTAR ESCLARECIMENTO SOBRE FRAUDE
- SETOR DE FUNDIÇÃO REDUZ JORNADA PARA EVITAR DEMISSÕES
- ARENA TÉCNICA REÚNE 1 MILHÃO DE NORMAS EM UM SÓ SISTEMA
- AUTOPEÇAS FATURAM 12,3% MENOS NO ACUMULADO DO ANO
- FORD ALTERA ANO-MODELO 2016 DO FIESTA SEDÃ
- ANGLO CONCEDE FÉRIAS PARA 200 EMPREGADOS
- NISSAN APRESENTA PACOTE COLORS PARA O MARCH
- QUEDA NAS VENDAS IMPÕE RENOVAÇÃO DE LINHAS
- RHODIA VAI EXPORTAR 25% DA SUA PRODUÇÃO BRASILEIRA
- SALÃO DUAS RODAS COMEÇA, EM MAIS UM ANO DE QUEDA
- MAIORIA DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS ENFRAQUECE, MOSTRA INDICADOR DA OCDE
- ÍNDICE EUROPEU FECHA EM LEVE ALTA COM GANHOS DE MINERADORAS E MONTADORAS
- FUSÃO COM NORDEX FORTALECE ACCIONA NO MERCADO EÓLICO BRASILEIRO,

DIZ DIRETOR

- GREVE COMPLETA DOIS DIAS E CRESCE 40% NO PAÍS, DIZ CONFEDERAÇÃO DE BANCÁRIOS
- MAN PODE ADERIR A PROGRAMA CONTRA DEMISSÕES
- VOLKSWAGEN DIZ QUE AINDA NÃO FOI NOTIFICADA SOBRE AÇÃO NA JUSTIÇA BRASILEIRA
- ALUMINI FAZ ACORDO PARA PAGAR R\$ 6 MILHÕES A DEDITIDOS DO COMPERJ
- MINÉRIO DE FERRO SOBE NA CHINA APÓS FERIADO PROLONGADO
- JUROS BANCÁRIOS SÃO OS MAIORES EM 20 ANOS, INFORMA PESQUISA DO PROCON
- FENABRAVE ESTIMA CRESCIMENTO DE 4% A 5% NAS VENDAS DE VEÍCULOS EM 2016
- VOLKSWAGEN APRESENTA PLANO PARA REPARO DE MOTORES FRAUDADOS
- MOTORISTA ALEMÃ EXIGE INDENIZAÇÃO DA VW E DINHEIRO DE VOLTA
- CNI CONVOCA EMPRESÁRIOS A PARTICIPAR DE CONSULTA PÚBLICA SOBRE NOVO FLUXO DE EXPORTAÇÃO
- CHINA AVISA QUE PODE ACIONAR OMC CONTRA O BRASIL
- OBSERVATÓRIO DE DEFESA COMERCIAL
- PORTARIA PGFN Nº 693/2015 –PROTESTO EXTRAJUDICIAL POR FALTA DE PAGAMENTO - CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E DO FGTS

CÂMBIO		
Em 08/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,829	3,829
Euro	4,319	4,322

Fonte: BACEN

Sancionada a lei que aumenta a alíquota da CSLL de instituições financeiras

08/10/2015 – Fonte: COAD

Foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União de hoje, 7-10, a Lei 13.169/2015, resultante do projeto de conversão da Medida Provisória 675/2015, que, dentre outras disposições, eleva por prazo determinado a alíquota da CSLL de instituições financeiras e equiparadas, altera a legislação do PIS/Cofins e amplia prazo de dedução de incentivos fiscais do Pronon e do Pronas/PCD.

Do texto da Lei 13.169/2015, destacamos:

CSLL

– altera para 20% a alíquota da CSLL, no período compreendido entre setembro/2015 e dezembro/2018, retornando a 15% a partir de janeiro/2019, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização; bancos de qualquer espécie; distribuidoras de valores mobiliários; corretoras de câmbio e de valores mobiliários; sociedades de crédito, financiamento e investimentos; sociedades de crédito imobiliário; administradoras de cartões de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; e associações de poupança e empréstimo; e

– em relação às cooperativas de crédito, altera para 17%, no período compreendido entre outubro/2015 e dezembro/2018, retornando a 15% a partir de janeiro/2019.

A MP 675 estabelecia o aumento da alíquota de 15 para 20% para todas essas pessoas jurídicas, sem prazo determinado.

PIS/Cofins e IPI

Estende, até dezembro de 2020, a possibilidade de empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e centros de formação profissional efetuarem aquisições e importações com suspensão do PIS/Cofins e do IPI, amparadas pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). A Lei também incluiu no benefício os centros de treinamento multifuncional.

PIS/Cofins

– reduz a zero as alíquotas do PIS e da Cofins incidentes sobre a energia elétrica ativa fornecida pela distribuidora à unidade consumidora, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica para microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Aneel;

– retira do benefício da alíquota zero do PIS e da Cofins, a partir de fevereiro de 2016, a importação e a venda no mercado interno de pás eólicas.

Imposto de Renda

Estende, até o ano-calendário de 2020, para as pessoas físicas e até o ano-calendário de 2021, para as pessoas jurídicas, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem do Imposto de Renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

TCU desaprova contas de Dilma; Planalto tentará anular a decisão no STF

08/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu na quarta-feira (7) recomendar ao Congresso Nacional a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff em 2014. Por unanimidade, os ministros entenderam que o balanço apresentado pela União continha irregularidades que feriram a Constituição, a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade

Fiscal. A desaprovação das contas pelo TCU, que ainda tem de ser referendada pelo Legislativo, abre brecha para a oposição pedir o impeachment de Dilma por crime fiscal.

A reprovação teve como base, principalmente, as chamadas “pedaladas fiscais”, manobras que consistiram em atrasar repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos da União para pagamento de despesas de programas sociais obrigatórios.

Foi a primeira vez, desde 1937, que o TCU encaminha ao Congresso um parecer pela rejeição das contas de um presidente da República (as contas de 1936 de Getúlio Vargas foram desaprovadas pelo tribunal). Nos últimos 78 anos, o tribunal sempre havia aprovado, com ou sem ressalvas, o balanço da União enviado pelos presidentes.

Caberá ao Congresso, agora, julgar as contas de Dilma, seguindo ou não a opinião do TCU. Isso só deve ocorrer em 2016, o que agrada ao Planalto, que aposta num esfriamento da crise política até o ano que vem.

Apesar disso, o fato de a decisão do TCU ter sido unânime torna uma eventual rejeição do parecer pelos congressistas mais difícil – principalmente porque seria uma decisão exclusivamente política. E hoje a presidente tem dificuldade em obter apoio no Congresso.

Há ainda outro complicador para Dilma. Embora a oficialização da reprovação depende do Congresso, nada impede que o parecer técnico do TCU seja usado para embasar um pedido de impeachment mesmo sem a apreciação pelo Legislativo.

Anulação

A Advocacia-Geral da União (AGU) já avisou que tentará anular o resultado da sessão do TCU em novo pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Na terça-feira (6), a AGU pediu ao STF suspensão da sessão que reprovou as contas. O ministro do STF Luiz Fux rejeitou a demanda da AGU. O governo alegava que o pedido de afastamento do relator do processo no TCU, Augusto Nardes, por suposta parcialidade e antecipação de voto na semana passada, tinha de ter sido apreciado com antecedência pelo tribunal – que acabou fazendo isso pouco antes do início da sessão de julgamento das contas.

O TCU não acatou o argumento do governo e manteve Nardes na relatoria do caso, por unanimidade. A manobra articulada pelo Palácio do Planalto para tentar adiar o julgamento inclusive foi duramente criticada pelos demais ministros do TCU.

Em seu relatório, Nardes propôs a rejeição das contas de Dilma. Ele argumentou que a defesa de Dilma não foi capaz de “elidir” as irregularidades apontadas pela área técnica do TCU.

Nardes explicou que as principais distorções detectadas somam R\$ 106 bilhões. Para ele, além das pedaladas, em montante de R\$ 40 bilhões, o governo descumpriu, indevidamente, a obrigação de contingenciar R\$ 28 bilhões em despesas em 2014.

Em ano eleitoral, também editou créditos suplementares sem autorização do Congresso, o que, opinou o relator, demonstrou o “desprestígio” do Planalto pelo Legislativo (veja outras irregularidades no infográfico). Todos os demais oito ministros do TCU aptos a votar seguiram o entendimento de Nardes.

No caso das pedaladas, operações de crédito ocultas entre o governo e os bancos da União “distorceram a realidade fiscal”, disse Nardes.

O ministro pontuou que a responsabilidade de Dilma nessas irregularidades é direta e ficou demonstrada recentemente, quando ela editou decreto para corrigir as manobras, indicando que essa tarefa era dela.

Discussão política

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, foi a voz dissonante em defesa do governo. Ele disse que não houve irregularidades.

Sobre as pedaladas, argumentou que faltavam em 2014 regras que as caracterizaram como infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já se antecipando à possível tese para anular a decisão do TCU, Adams alegou que, no debate das contas, a discussão política se misturou à técnica.

“O TCU tomará sua decisão, mas não pode é artificialmente transformar isso num movimento de cassação do mandato presidencial”, afirmou Adams.

Resultado do julgamento do TCU

Como foram avaliadas as contas de Dilma Rousseff

Irregularidade Descrição

Dívidas da União Omissão de R\$ 40 bilhões em dívidas da União com Banco do Brasil, Caixa e FGTS.

Pedaladas Pagamento de despesas de Bolsa Família, seguro-desemprego e abono salarial com recursos da Caixa, devido ao represamento dos repasses pelo Tesouro em 2013 e 2014 (as “pedaladas fiscais”). Na prática, o banco teria feito um empréstimo de R\$ 7 bilhões ao governo, o que é proibido

Minha Casa, Minha Vida Pagamento de despesas do Minha Casa Minha Vida com adiantamentos do FGTS entre 2010 e 2014 (também uma “pedalada”). Os adiantamentos, no total de R\$ 1,4 bilhão, foram contabilizados irregularmente e pagos pelo governo sem previsão no Orçamento.

BNDES Adiantamentos do BNDES à União referentes a subsídios de empréstimos entre 2010 e 2014 (uma “pedalada”).

Eletrobras Gastos além dos valores aprovados por parte de oito estatais vinculadas a Eletrobras, Petrobras e Telebras.

Sem previsão Pagamentos de despesas sem previsão no orçamento de três estatais ligadas a Petrobras e Eletrobras.

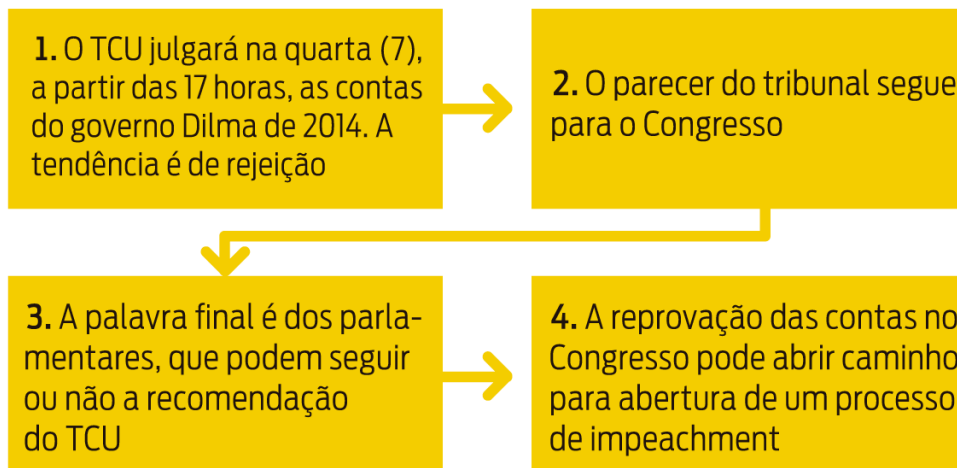
Crédito Em vez de o governo fazer contingenciamento de R\$ 28,54 bilhões, necessários para cumprir a meta fiscal, decreto de novembro de 2014 determinou crédito adicional de R\$ 10,1 bilhões.

Superávit O decreto foi usado para influenciar a aprovação pelo Congresso da alteração da meta de superávit primário.

Irregularidade Descrição

Restos	Lançamento irregular em restos a pagar de despesas de R\$ 1,3 bilhão referentes ao Minha Casa Minha Vida.
Dívidas	Cálculo da meta fiscal não incluiu dívidas do governo com BB, BNDES e FGTS.
Trabalho	Governo ignorou pedido de suplementação orçamentária do Ministério do Trabalho, o que levou a um contingenciamento de verbas menor que o necessário.
Créditos	Decretos presidenciais abriram créditos orçamentários sem autorização do Congresso Nacional.
Distorções	Há distorções em parte significativa das informações referentes a indicadores e metas do Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015.
Prioridades	O governo não especificou as prioridades de gastos da administração pública federal e suas metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

DO TCU AO IMPEACHMENT EM QUATRO PASSOS



Votos dos ministros

Todos os ministros presentes votaram com o relator, exceto o presidente – que só vota em caso de empate.

Ana Arraes	✗ Reprovação
Aroldo Cedraz	— Não vota*
Augusto Nardes	✗ Reprovação
Bruno Dantas	✗ Reprovação
Raimundo Carreiro	✗ Reprovação
Vital do Rêgo	✗ Reprovação
Walton Alencar	✗ Reprovação
José Múcio Monteiro Filho	✗ Reprovação
Benjamin Zymler	✗ Reprovação

*Presidente só vota em caso de empate.

Maioria da bancada do Paraná já cogita apoiar saída de Cunha

08/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Maioria da bancada do Paraná já cogita apoiar saída de Cunha

A maioria dos 30 deputados federais do Paraná avalia que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deve responder por quebra de decoro parlamentar e se afastar ao longo julgamento, caso comprovada a existência de contas secretas no nome dele ou de familiares na Suíça.

Cunha é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento no escândalo de corrupção na Petrobras. Informações do Ministério Público da Suíça apontam que o peemedebista tem quatro contas que totalizam US\$ 5 milhões no país europeu – ele negou o fato durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, em março, e tem mantido a versão nos últimos dias.

Em levantamento feito pela **Gazeta do Povo** entre segunda (5) e terça-feira (6), 20 deputados disseram que, em caso de comprovação das contas, Cunha deve responder por quebra de decoro. Apenas Nelson Meurer (PP), também investigado pela Operação Lava Jato, disse que o processo não deveria ser aberto.

E Sandro Alex (PPS) não se posicionou por ser membro do Conselho de Ética. Outros cinco afirmaram que não tinham opinião formada. Fernando Francischini (SD), Hidekazu Takayama (PSC) e Ricardo Barros (PP) foram procurados, mas não deram entrevistas.

Em uma segunda pergunta levada aos 30 parlamentares do estado, 15 falaram que Cunha deve ser afastado do cargo ao longo de um possível processo. Alfredo Kaefer (PSDB), Dilceu Sperafico (PP), Evandro Roman (PSD), Nelson Meurer (PP) e Rubens Bueno (PPS) declararam que não.

Alex Canziani (PTB), Christiane Yared (PTN) e Hermes Parcianello (PMDB) não se definiram, enquanto Osmar Serraglio (PMDB) disse que não poderia responder à questão sem saber mais dados sobre as contas. Sandro Alex manteve o posicionamento de não se pronunciar.

Cunha é alvo, desde a quarta-feira (7), de representação por quebra de decoro levada à Corregedoria da Câmara por 29 deputados federais do PT (16), PSol (5), Rede (3), PSB (2), do PMDB (1) e um sem partido (Cabo Daciolo). Apenas dois deles são paranaenses – Aiel Machado (Rede) e Assis do Couto (PT).

A abertura do pedido, contudo, depende de deliberação da mesa diretora da Casa, presidida por Cunha.

Se houver prosseguimento, o processo vai para o Conselho de Ética.

A representação pode levar à cassação do peemedebista, seja pela apuração do teor dos recursos encontrados nas contas ou por supostamente ter mentido no depoimento à CPI.

Para que isso aconteça, no entanto, a decisão precisa do aval do Conselho de Ética e do plenário. Em todas as esferas, Cunha tem aliados – o corregedor, por exemplo, é Carlos Manato (ES), do Solidariedade, um dos partidos mais fiéis ao parlamentar.

“Se essa questão das contas for comprovada, vamos ser obrigados a começar a faxina por ele”, diz o deputado Valdir Rossoni (PSDB). O discurso dele casa com a nova orientação da direção nacional do partido, que deve desfazer a aliança com Cunha se houver provas de existência da conta. Mas deputados como Nelson Meurer afirmam que Cunha não pode ser afastado arbitrariamente. “Não podemos ferir o princípio da presunção da inocência.”

Posição dos deputados federais paranaenses sobre Eduardo Cunha

Perguntas respondidas pelos deputados:

1 – O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deve ser alvo de processo por quebra de decoro parlamentar caso seja comprovada a existência de contas secretas no nome dele ou de familiares na Suíça?

2 – Em caso de abertura, Eduardo Cunha deve ser afastado da Presidência da Câmara ao longo do processo?

Suíça bloqueia US\$ 2,4 milhões das contas secretas de Eduardo Cunha

08/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Autoridades da Suíça bloquearam US\$ 2,4 milhões, o equivalente a R\$ 9,6 milhões, em contas secretas do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e de familiares dele, segundo disse nesta quinta-feira (8) uma fonte que acompanha o caso.

Os extratos com o registro do saldo nas contas foram enviados pelo Ministério Público suíço e chegaram ontem à tarde na Procuradoria-Geral da República (PGR). Caberá agora ao procurador-geral Rodrigo Janot decidir se pede abertura de um novo inquérito ou se apresenta nova denúncia contra o peemedebista.

As contas foram descobertas em abril deste ano e desde então o presidente da Câmara vinha sendo investigado na Suíça por corrupção passiva e lavagem de dinheiro desviado da Petrobras.

Cunha é suspeito de receber propina numa transação relacionada vazamento de informação privilegiada e venda, para a Petrobras, de um campo de petróleo no Benin. O presidente da Câmara foi denunciado, em agosto, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Cunha foi acusado de receber US\$ 5 milhões em propina para facilitar a compra de dois navios-sondas da Samsung Heavy Industries, pela Petrobras, um negócio de US\$ 1,2 bilhão.

O negócio teria resultado em propina no valor total de US\$ 40 milhões. Outros dois acusados no caso, o lobista Fernando Soares, o Baiano, e o ex-diretor da área

Internacional da Petrobras Nestor Cerveró já foram condenados por Sergio Moro, da 13.^a Vara Federal de Curitiba.

Baiano foi condenado a 16 anos e um mês de prisão. Cerveró deverá cumprir 12 anos e 3 meses. Na denúncia que fez, Janot pede que Cunha devolva ao cofres públicos US\$ 80 milhões, soma entre multa e valores desviados. As investigações iniciadas na Suíça podem se complementar com outras informações já obtidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal no Brasil.

Parte das suspeitas das autoridades suíças sobre a movimentação financeira de Cunha foram confirmadas pelo lobista João Augusto Rezende Henriques. Em depoimento à Polícia Federal em Curitiba, há duas semanas, João Henriques disse que fez depósito numa conta que, mais tarde, ele descobriu pertencer a Cunha.

A conta destinatária do pagamento foi indicada a ele pelo lobista Felipe Diniz, filho do ex-deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), já falecido, um ex-aliado do presidente da Câmara. João Henrique disse que fez o depósito em retribuição a venda de um campo de Petróleo no Benin para a Petrobras. A transação só foi possível graças a uma informação privilegiada que ele recebeu. A partir da informação, o lobista teve um encontro com o empresário Idalecio de Oliveira, que seria o dono de um terreno no Benin.

Os dois fizeram uma sociedade e logo em seguida venderam a área por US\$ 15 milhões para a Petrobras. Depois da operação, ele teria embolsado US\$ 7,5 milhões. Em seguida, fez pagamentos para pessoas que o ajudaram na concretização do negócio.

“Que, por fim, o interrogando gostaria de adicionar que em relação a aquisição pela Petrobras do campo de exploração em Benin, a pessoa que lhe indicou a conta para pagamento foi Felipe Diniz; Que Fernando Diniz era filho de Fernando Diniz; Que Felipe apresentava dificuldades econômicas; Que a conta indicada para o pagamento pertencia a Eduardo Cunha”, afirmou Henriques em depoimento a um dos delegados da Operação Lava-Jato, Henriques foi preso na segunda-feira passada, na 19^a fase da Lava-Jato, por ordem do juiz Sergio Moro, da 13 Vara Federal de Curitiba.

Logo depois da citação ao nome do presidente da Câmara, o depoimento do lobista foi enviado ao ministro Teori Zavascki, relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF).

A existência e o bloqueio do dinheiro nas contas de conta foram confirmadas pelo Ministério Público da Suíça. Mas, procurado várias vezes desde que o caso veio a público, Cunha repete que não tem contas na Suíça. Ele diz que todas as contas que tem estão declaradas à Receita Federal.

Terminal de contêineres deve ser primeiro ativo vendido pela CSN

08/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O interesse de investidores pelo Terminal de Contêineres (Tecon), em Sepetiba, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está grande, principalmente entre os estrangeiros, apurou o Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

A venda desse ativo da CSN deve estreitar a lista de desinvestimentos da empresa, que busca reduzir o seu endividamento, e ajudar a companhia a levantar R\$ 1 bilhão com a venda integral do Tecon até o fim do ano, segundo fontes.

O Tecon, que realiza o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres e armazenagem, tem capacidade de movimentação de 400 mil contêineres anuais.

A CSN projetou arrecadar R\$ 1 bilhão com o ativo, valor que, apesar do ambiente desafiador no Brasil, se espera que seja alcançado, trazendo alívio para a companhia. Entre os ativos que estão na lista de desinvestimento da CSN, o Tecon é apontado como a "joia da coroa".

Tecon faz escoamento de produtos da CSN

"Se perguntava para a CSN qual era o seu core business e a resposta era que são cinco negócios. Agora a empresa vai precisar diminuir de tamanho", disse uma fonte de acompanha o processo de desinvestimento da empresa.

Usinas. Além do Tecon, duas usinas hidrelétricas estão entre os ativos da siderúrgica que podem ser vendidos, excluindo dessa conta sua central de cogeração térmica localizada em sua usina em Volta Redonda.

Na Usina Hidrelétrica de Itá na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a CSN possui uma fatia de 29,5%. Na Usina de Igarapava, entre São Paulo e Minas Gerais, a empresa detém 17,9%.

Estão ainda na mesa para venda parte de sua participação na ferrovia MRS, além de imóveis, oriundos da época da privatização da empresa, e suas unidades de embalagens, a Prada e a Metalic, além, é claro, da fatia detida na Usiminas. Os bancos de investimento contratados para a missão foram Bradesco BBI, Banco do Brasil, Goldman Sachs e Credit Suisse.

A CSN deu a largada para brigar contra seu elevado endividamento neste ano, quando observou sua geração de caixa cair refletindo a crise vivida pelo setor siderúrgico do Brasil e a queda do preço do minério de ferro, visto que a divisão de mineração da companhia de Benjamin Steinbruch costumava, no passado, compensar os maus momentos atravessados pela unidade do aço.

Após a alavancagem da empresa, medida pela razão dívida líquida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) bater 5,6 vezes no segundo trimestre do ano, a empresa anunciou um programa para reduzir esse indicador, que incluiu, além da venda de ativos, alongamento de dívida e corte de custos. Procurada, a CSN não comentou.

Senado aprova novas regras para a aposentadoria

08/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Apesar do ajuste fiscal feito pelo governo para reduzir os gastos públicos, o Senado aprovou nesta quarta-feira 7, em votação simbólica, a medida provisória 676 que cria uma nova fórmula de cálculo para a aposentadoria a partir da regra chamada 85/95, que funcionará como uma alternativa ao atual sistema de aposentadoria do regime geral da Previdência.

A medida também permite a "reaposentadoria", que é a possibilidade de as pessoas que continuaram trabalhando após a aposentadoria pedirem, após cinco anos de novas contribuições, o recálculo de seu benefício.

A questão foi incluída pela Câmara dos Deputados, por meio de uma emenda apresentada pelo partido opositor PPS, e pode gerar um rombo de R\$ 70 bilhões em 20 anos à Previdência Social, segundo cálculos do governo de 2014.

A MP segue para sanção presidencial e ainda não se sabe se a presidente Dilma Rousseff manterá a possibilidade ou se a vetará.

Reapostentadoria

A possibilidade da "reapostentadoria" é discutida no Supremo Tribunal Federal. De acordo com o PPS, há 123 mil ações de aposentados requerendo o recálculo de seus benefícios.

A medida provisória foi apresentada pelo governo depois que a presidente Dilma Rousseff vetou, em junho, uma proposta em que os parlamentares incluíram a fórmula 85/95.

Por esta regra, a aposentadoria se daria pela soma do tempo de contribuição com a idade - 85 para mulheres e 95 para homens. As novas regras foram discutidas com sindicatos e entidades representativas dos aposentados.

O texto original da MP estabelecia um escalonamento anual do fator, aumentando o tempo de contribuição e de idade necessários para a aposentadoria. A nova fórmula só será aplicada se houver um tempo de contribuição mínima de 35 anos, no caso dos homens, e de 30, para as mulheres.

A progressividade da fórmula para o cálculo acabou sendo estendido pelo Congresso em relação ao que o governo havia proposto, subindo a soma do tempo de idade e de contribuição em um ponto a cada dois anos a partir de 2019. Sendo assim, a partir de 2027, a soma passa a ser de 90/100.

Há, no entanto, uma exceção para professores, em que o tempo mínimo de contribuição exigido será de 25 anos para mulheres e de 30 anos para os homens.

VW é acionada pela Justiça no Brasil a prestar esclarecimento sobre fraude

08/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Volkswagen está sendo acionada na Justiça comum brasileira a prestar esclarecimentos sobre a possibilidade de veículos no país possuírem o mesmo software que alterou motores a diesel da marca nos Estados Unidos e na Europa para torná-los mais eficientes durante testes de emissões de gases.

O Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI) entrou com ação cautelar na Justiça do Distrito Federal (DF) contra a empresa, pedindo que a companhia seja obrigada a prestar informações detalhadas sobre o assunto no Brasil.

De acordo com o Tribunal de Justiça do DF, a ação foi impetrada na última segunda-feira, 5, e já foi distribuída para um juiz da 6.^a Vara Cível de Brasília. Ainda não há nenhuma decisão.

"O que queremos é tranquilizar os consumidores. A Volkswagen precisa informar se realmente usou o mesmo equipamento aqui no Brasil e o que vai fazer para corrigir o erro, se houver", explicou o advogado Sérgio Palomares, que representa o IBDI no processo.

De acordo com ele, esta é a primeira ação contra a empresa na Justiça comum. "A empresa precisa se pronunciar com a mesma correção que admitiu ter falhado nos Estados Unidos", cobrou.

O advogado explicou que o IBDI decidiu ingressar com a ação porque a possível fraude praticada pela Volks interfere em três áreas de interesse do instituto: direito ao consumidor, proteção ao meio ambiente e direito à informática.

Segundo ele, a ação cautelar tem o objetivo de obrigar a montadora a prestar os esclarecimentos para que essas informações possam basear, no futuro, eventual ação coletiva indenizatória de consumidores brasileiros afetados pela fraude.

Ibama

Em 24 de setembro, o Ibama informou que iria notificar a montadora alemã no Brasil a prestar esclarecimentos sobre o caso. Conforme a autarquia, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, a empresa foi notificada no dia seguinte.

Caso a violação das regras brasileiras seja comprovada, o instituto afirma que a companhia poderá ser multada em até R\$ 50 milhões e obrigada a corrigir o problema em todos os veículos que eventualmente possuam o software.

Procurada nesta quarta-feira, 7, a Volkswagen não se pronunciou até o fim da tarde sobre a ação cautelar impetrada contra a empresa no Distrito Federal. A companhia confirmou apenas que já foi notificada pelo Ibama "sobre o tema das emissões" e informou que "fornecerá os esclarecimentos necessários dentro do prazo estipulado pela entidade".

Investigações

No dia 29 de setembro, o diretor de Assuntos Governamentais da Volks no Brasil, Antonio Megale, afirmou que, a princípio, não há veículos da marca no País com o mesmo software que altera testes de emissão de gases.

Ele ponderou, contudo, que ainda não havia confirmação e informou que, assim como em todo o mundo, uma investigação deve ser feita no Brasil para apurar o caso. Por enquanto, disse, o foco das investigações está nos Estados Unidos e Europa.

A fraude envolvendo o software foi descoberta inicialmente nos Estados Unidos pela Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês). O órgão americano afirmou que o equipamento teria sido instalado pela Volks nos modelos Beetle, Golf, Jetta e Passat e pela Audi no Audi A3, fabricados de 2009 a 2015.

No Brasil, contudo, o único veículo da marca a diesel é a picape Amarok, montada na Argentina, com motor fabricado na Alemanha.

Setor de fundição reduz jornada para evitar demissões

08/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Nem mesmo o aumento das exportações, que foram favorecidas pela alta do dólar frente ao real, provocou pelo menos perspectivas positivas para a indústria de fundição de Minas Gerais. O cenário continua ruim, com redução de jornada de trabalho nas empresas para tentar manter os quadros de funcionários.

"Continuamos em dificuldades e sem enxergar uma luz no fim do túnel. Estamos mais fortes nas exportações e isso já trouxe algum resultado. "Uma janela, mas não é nada significativo para a situação que estamos", ponderou o presidente do Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de Minas Gerais (Sifumg), Afonso Gonzaga.

Segundo ele, o setor está mantendo a produção deste ano no mesmo nível da do exercício passado e deve fechar 2015 com um volume em torno de 700 mil toneladas de fundidos produzidos. Mesmo assim, isso representa praticamente a metade da capacidade do setor, o que indica um alto nível de ociosidade de aproximadamente 50%.

E não é só isso. A produção do setor está em níveis equiparáveis com a da crise econômica de 2008/2009. No ano passado, a produção mineira de fundidos atingiu 697 mil toneladas, volume 40% abaixo de 2013 e equivalente ao de 2009, quando o setor atingiu o pior nível dos últimos 20 anos em decorrência da crise econômica que começou em setembro do exercício anterior.

Além disso, depois de demitir cerca de 5 mil trabalhadores do ano passado até a metade de 2015, Gonzaga explicou que as indústrias de fundição vêm reduzindo a jornada de trabalho para não ter que "mandar mais funcionários embora".

Mesmo assim, algumas empresas já encerraram as atividades e ainda há risco de mais empresas fecharem as portas. "Estamos numa encruzilhada, sem perspectivas e manter o pessoal na fábrica também é oneroso", destacou.

Conforme Gonzaga, as fundições mineiras têm tentado manter o quadro de funcionários porque, além dos encargos trabalhistas, o custo para recontratar e capacitar trabalhadores em caso de uma recuperação da atividade e da própria economia é muito alto por se tratar de pessoas com elevado nível de qualificação.

No começo do ano, inclusive, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) chegou a entregar um documento com uma série de reivindicações do setor e do parque industrial mineiro como um todo ao ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro.

Entre outros assuntos, a indústria de fundição pedia o aumento da fiscalização na entrada de produtos fundidos importados no País e a desburocratização das exportações.

Montadoras - "O procedimento de exportações é muito complexo e isso representa uma dificuldade", disse. Até o momento, o ministro não se posicionou sobre as pautas do parque de fundição.

O presidente do Sifumg explicou ainda que um dos fatores que levaram o setor a chegar a este ponto e que agrava as perspectivas pessimistas é o momento difícil que passa a indústria automotiva do País, que responde por cerca de 70% do consumo de fundidos no Brasil e em Minas.

Desde o ano passado, frente às sucessivas quedas de vendas e com nível de estoques elevados nos pátios, as montadoras instaladas no Estado anunciaram férias coletivas, lay-off (suspensão de contratos de trabalho) e demissões voluntárias, o que impactou diretamente na redução da produção do exercício. Esses tipos de movimentos continuaram este exercício.

Arena Técnica reúne 1 milhão de normas em um só sistema

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business

Desenvolvida com o apoio do Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia da Universidade de São Paulo (Cietec-USP), a Arena Técnica lançou uma ferramenta digital para gestão e monitoramento de padrões técnicos nas indústrias, que reúne aproximadamente 1 milhão de normas emitidas pelos principais normalizadores brasileiros e internacionais, como todas as variantes da ISO, por exemplo.

Segundo a empresa desenvolvedora, a plataforma economiza tempo e recursos ao colocar à disposição de técnicos ou engenheiros um amplo arquivo digital de normas, com atualizações constantes, que ajuda a evitar processos e produtos fora dos padrões de conformidade.

“Dependendo da atividade, é necessário acessar individualmente dezenas de entidades de normalização para verificar a validade e alterações de uma infinidade de normas, que são vitais para a fabricação de produtos ou realização de processos.

Ter à disposição uma ferramenta que reúne todas essas informações em um só sistema é fundamental para otimizar o tempo de trabalho e minimizar os riscos com produtos e processos”, garante Raquel Schilis, diretora geral da Arena Técnica.

A plataforma pode ser utilizada por todos os técnicos que precisam aplicar normas e procedimentos internos dentro da indústria, incluindo áreas de qualidade, engenharia de produto, processos, manufatura, projeto, desenvolvimento e segurança, entre outros.

“O sistema analisa a codificação das normas do acervo do usuário e responde ao especialista de maneira muito simples e objetiva o status de conformidade de cada norma e a última data publicada pela entidade”, explica Raquel.

A ferramenta também faz a revisão de procedimentos internos sempre que ocorrem mudanças nas normas externas relacionadas a eles. “Este é um problema presente em quase todas as corporações, já que não existe automatização disponível no mercado que possa alertar esta mudança das instruções internas em decorrência das normas externas, assim os técnicos acabam por fazer isso manualmente, um trabalho árduo e custoso, que demanda muito tempo”, destaca a diretora da Arena Técnica.

Ela explica que ao longo dos anos de pesquisa para o desenvolvimento da ferramenta, a Arena Técnica acumulou uma ampla base de informações por meio de parcerias com entidades normalizadoras internacionais e coleta de dados públicos pela internet.

Segundo Raquel, o trabalho de monitoramento geralmente é feito pela qualidade e engenharia da empresa, onde muitas vezes o próprio especialista que utiliza a norma fica responsável por essa tarefa.

“Mediante tantas demissões que estão ocorrendo hoje, este trabalho acaba não sendo feito e a empresa se arrisca em questões de segurança, além de acumular prejuízos incalculáveis a cada lote de peças fora de padrões que entrega ao mercado.”

Autopeças faturam 12,3% menos no acumulado do ano

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business

As vendas líquidas nominais do setor de autopeças no acumulado de janeiro a agosto foram 12,3% inferiores às registradas em iguais meses de 2014. O levantamento mensal foi feito pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas) com 64 empresas associadas, que representam 28,6% do faturamento total.

Os negócios com montadoras, principal segmento de mercado, e intrassetoriais (um fabricante de autopeças vendendo para outro) caíram, respectivamente, 22,2% e 23%. As exportações cresceram 18,3% em reais.

No entanto, se o valor for convertido em dólares, terão caído 12,2%. O segmento da reposição cresceu 5,1% no período.

O emprego nacional no setor de autopeças recuou 11,5% nos oito meses em relação ao mesmo período do ano passado.

No mês a mês ele se mantém em -11,7% ou abaixo disso desde abril. A capacidade ociosa cresceu 4,6 pontos percentuais no mesmo período. Depois do pico de 39,6% registrado em julho, recuou para 39%.

Ford altera ano-modelo 2016 do Fiesta sedã

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Ford ampliou as opções do Fiesta sedã 2016. A montadora passa a trazer uma versão SE Plus com transmissão automática e sete airbags. A marca também reposicionou a linha com mais itens de série nas outras versões e aumentou as opções de cor.

O carro mais em conta, SE 1.6 manual, sai por R\$ 58.790 e agora traz sensor de estacionamento traseiro que mostra na tela do sistema multimídia Sync os pontos de aproximação de obstáculos, além do alerta sonoro. O modelo já vem com ar-condicionado digital, abertura e fechamento global com controle remoto, Sync com comandos de voz para áudio e telefone e computador de bordo.

Tem ainda controle eletrônico de estabilidade e tração (AdvanceTrac), assistente de partida em rampa, rodas de liga leve de 15 polegadas, alarme, faróis de neblina e chave de segurança MyKey, além de Isofix para cadeiras infantis. O câmbio automático sequencial de seis velocidades é opcional no SE.

A opção SE Plus traz também de série a caixa automática e sete airbags, dois frontais, dois de cortina, dois laterais e um de joelho. A versão permite ter o conjunto de airbags, antes só disponível no topo de linha.

A versão Titanium recebeu equipamentos que antes estavam só na Titanium Plus: chave com sensor para acesso inteligente e botão de partida Ford Power; sistema MyFord Touch com tela de 6,5 polegadas, comandos de voz para navegação e climatização; câmera de ré; iluminação ambiente com sete opções de cor e console central integral com descanso-braço para o motorista.

O acesso inteligente conta com sensores nas chaves que, ao ser aproximadas do carro, destravam automaticamente as portas. Do mesmo modo, o sistema permite dar partida no motor apertando um botão. O Titanium Plus mantém o teto solar como diferencial.

O sedã vendido no Brasil é fabricado no México e o hatch, em São Bernardo do Campo.

Anglo concede férias para 200 empregados

08/10/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Em função da queda do mercado global de minério de ferro, a Anglo American decidiu conceder, desde a última segunda-feira, férias coletivas de 20 dias para cerca de 200 empregados que atuam no projeto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro (Médio Espinhaço).

Além disso, a empresa também teria suspenso a contratação de 35 funcionários terceirizados no município e dispensado 40 profissionais da Integral Engenharia que atuavam no local. As medidas, segundo informações divulgadas pela própria Anglo American, fariam parte de uma estratégia de ajuste de custo e adequações operacionais da empresa frente ao atual cenário econômico.

Em nota, a empresa disse que a decisão também é um reflexo das dificuldades encontradas nos processos administrativos sob responsabilidade do município, que "desnecessariamente complicam o andamento planejado dos negócios" - uma crítica explícita às barreiras encontradas pela mineradora para obter o licenciamento ambiental de responsabilidade do município.

Mina do Sapo - A decisão de parar parte das operações no projeto Minas-Rio chama atenção pelo fato de a Anglo American ter recentemente solicitado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) a licença prévia (LP), concomitante com a licença de instalação (LI), para otimização da extração de minério de ferro na Mina do Sapo.

O objetivo da solicitação seria garantir a continuidade da exploração minerária no âmbito do projeto Minas-Rio. De acordo com informações do órgão ambiental, a otimização da Mina do Sapo é necessária para garantir a continuidade da exploração na jazida através da abertura de novas frentes de lavra e, conseqüentemente, garantir a segurança operacional do empreendimento, acarretando um incremento de aproximadamente 11 meses na exploração mineral no local.

As áreas previstas para a otimização da mina são contíguas às já licenciadas e toda a infraestrutura já existente será aproveitada, incluindo os alojamentos. As atividades estão previstas para ocorrer dentro de um prazo de aproximadamente 17 meses e, no pico das obras, 362 trabalhadores terceirizados devem trabalhar no projeto.

O Sistema Minas-Rio já recebeu investimentos de R\$ 8,4 bilhões, destinados à produção de 26,5 milhões de toneladas por ano. Além das minas e do terminal portuário, o empreendimento conta com um mineroduto de 529 quilômetros de extensão, o maior do planeta. O duto atravessa 33 municípios mineiros e fluminenses entre o complexo minerário em Conceição do Mato Dentro e o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ).

A projeção da Anglo é que a produção deste ano fique entre 11 milhões de toneladas e 14 milhões de toneladas de minério de ferro. Para o próximo exercício, o volume produzido do insumo siderúrgico deverá ficar entre 24 milhões de toneladas e 26 milhões de toneladas.

Procurada pela reportagem, a assessoria de comunicação da Anglo American confirmou que haverá férias coletivas, mas até o fechamento da edição não havia enviado um comunicado oficial ao DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Nissan apresenta pacote Colors para o March

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Nissan criou para o March 1.0 SV e 1.6 SL um pacote opcional de estilização do compacto, batizado "Colors". Como sugere o nome, o carro poderá ser equipado com elementos da carroceria em cores diferentes, como aerofólio, maçanetas das portas e capas dos retrovisores, além de tapetes em carpete e frisos das portas, dois itens normalmente vendidos como acessórios. Também serão incluídos mais equipamentos de

série. Mas o pacote ainda não tem preço, que só será divulgado em meados de novembro, quando a marca pretende lançar a versão no mercado.

Visando o público jovem, a Nissan faz a pré-estreia do March paramentado com o pacote Colors em seu estande no Brasil Game Show, maior feira de games da América Latina, que este ano espera receber mais de 250 mil pessoas no Expo Center Norte, em São Paulo, a partir da quinta-feira, 9, até o próximo domingo, 12 de outubro.

Além do March "colorido", a Nissan colocará no seu estande uma "isca" extra para atrair clientes potenciais: um simulador de corrida, resultado de parceria com a Sony Playstation, onde os visitantes poderão disputar provas do Gran Turismo 6 em um Nissan GT-R virtual. Os visitantes também serão convidados a tirar uma foto no interior do March Colors para compartilhar nas redes sociais.

Queda nas vendas impõe renovação de linhas

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business



De janeiro a setembro, o segmento de motos teve 947,6 mil unidades emplacadas e registrou queda de 11,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Nesse ambiente, as fabricantes instaladas no Brasil adotam estratégias diferentes para recuperar volume. É o que se vê no Salão Duas Rodas, que ocorre de 7 a 12 de outubro no Anhembi.

A Dafra volta a explorar o segmento de scooters de 125 cc com o modelo Fiddle III, fornecido pela taiwanesa Sym. Chega em fevereiro. "Tornaremos essa marca cada vez mais evidente", afirma o presidente da Dafra Motos, Creso Franco. A fabricante brasileira já nacionaliza outros três modelos fornecidos pela empresa de Taiwan, dois scooters e uma moto de 250 cc.

O foco nos scooters ocorre porque o segmento cresceu cerca de 10% nestes nove meses, apesar de o mercado como um todo ter recuado, e levou a Honda a anunciar seu terceiro modelo.

Outra brecha explorada pela Dafra é a das motos custom de baixa cilindrada. Com a nova Horizon 150 ela substitui o modelo Kansas. Estará na rede nos próximos dias por R\$ 7.990. Das quatro maiores fabricantes no País, somente Suzuki e Dafra exploram esse segmento.

Em seu estande, a Dafra também dá destaque aos modelos KTM 200 e 390 Duke, que já são vendidos em lojas que distribuem tanto a marca brasileira como a austríaca: "Até o fim deste ano teremos 26 concessionárias dual brand", diz Franco. A diversificação dos negócios serve para atenuar a queda de 27,3% da Dafra.

Num movimento contrário, a Traxx registrou alta de 55,5%. A fabricante de origem chinesa aumentou suas vendas com o lançamento de dois produtos de média cilindrada (Fly 250 e TSS 250) e agora quer crescer ainda mais com a ampliação da rede: "Estamos procurando novos revendedores do Sul e do Sudeste", afirma o gerente comercial e de marketing, João Zoghby Kouri. A rede atual tem 135 unidades e se concentra no

Nordeste, onde a empresa aportou na década anterior e ganhou mercado especialmente com modelos de baixo custo e 50 cc.

A Harley-Davidson renovou boa parte de sua linha. A moto de entrada, Sportster 883, recebeu ajustes no motor que aumentaram seu torque em 3%, rodas mais leves, suspensões modificadas e novo filtro de ar.

Os modelos Street de 500 e 700 cc vendidos em outros mercados ficaram de fora do evento: "Eles devem chegar de 2017 em diante", estima o diretor-superintendente de manufatura, Celso Ganeko.

As vendas da H-D recuaram 12,9% no acumulado do ano em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo o gerente de marketing e produto Flávio Villaça, a Harley-Davidson vai ampliar a rede como forma de recuperar o volume de vendas. E neste ano, outra ação serão os preços promocionais para a linha 2015 (com dólar a R\$ 2,40) e taxa de 0,49% ao mês.

A retração também afeta a Triumph, em 12,5%. A estratégia adotada pela marca foi ampliar a gama existente com novas versões. A fabricante levou ao salão a Tiger 800 XCA, que chega à rede com tabela de R\$ 51,8 mil. A empresa já produziu mais de 10 mil unidades desde o início da operação local, em 2011. Das 19 motos vendidas no País, 16 são montadas em Manaus.

Rhodia vai exportar 25% da sua produção brasileira

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business



Com uma política agressiva para reviver os melhores momentos de seus programas de exportação, a Rhodia, do Grupo Solvay, vai destinar este ano 25% da sua produção local de plásticos a países como Estados Unidos, México, Colômbia e Argentina. Marcos Curti, diretor de plásticos de engenharia para as Américas, comemora:

"Esse bom resultado não está relacionado diretamente à desvalorização do real, como se poderia supor, mas sim a um esforço nos últimos três anos para ampliar a base de clientes no exterior e também à venda de novas aplicações".

Até recentemente a participação das vendas externas na receita da empresa mal passava dos 10%, por efeito de uma combinação de fatores que determinaram a perda de competitividade, como o aumento no preço de insumos.

Embora a retração no mercado interno afete a receita da Solvay, que obteve € 1 bilhão em vendas líquidas no País em 2014, mobilizando oito unidades industriais e 2,9 mil empregados, o clima é de confiança na Rhodia, responsável pela polimerização de plásticos de engenharia (poliamidas, também conhecidas como nylon) para aplicações na indústria, especialmente no setor automotivo.

"A crise também trouxe oportunidades, levando ao desenvolvimento de aplicações de poliamidas nos veículos tendo em vista a redução de peso, maior eficiência energética e mudanças estéticas proporcionadas pela facilidade de moldagem das resinas", diz Curti.

Em muitas situações a escolha do plástico de engenharia em autopeças é evidente, como no caso de um coletor de admissão, que pesa apenas 1,5 kg se for fabricado com resina. Um similar de metal pesaria 10,5 kg, sete vezes mais.

Reduções importantes de peso e facilidade de conformação também ocorrem na injeção de tampas de comandos de válvulas, coberturas de correias, elementos de filtros e coxins.

PARTICIPAÇÃO

A Rhodia, sediada em São Bernardo do Campo (SP), fornece matéria-prima na forma de granulados de poliamida formulados em uma centena de combinações prontas para injeção. O principal cliente na indústria automobilística são as autopeças que, juntamente com as montadoras, recorrem ao centro de pesquisa e inovação da empresa para o desenvolvimento de aplicações.

“É indispensável oferecer esse tipo de suporte”, esclarece Curti, que conta com o auxílio também dos centros tecnológicos da corporação existentes na França, Coreia, Alemanha e China.

Curti estima que os veículos brasileiros absorvem 100 kg a 150 kg de plásticos de diferentes formulações, incluindo peças como para-choques, para-lamas e painel. Desse total, 8 kg a 10 kg correspondem a poliamidas, família de resinas conhecida pelas boas propriedades físicas e químicas, como resistência ao calor.

Ele avalia também que dentro de cinco anos o conteúdo de plásticos de engenharia pode avançar para 15 kg por veículo. “Há modelos atuais das marcas premium no exterior que já contabilizam 20 kg de poliamidas, enquanto modelos asiáticos ainda demonstram resistência à substituição dos metais por plásticos”, afirmou.

Redução de peso e maior eficiência energética, estimuladas pelo Inovar-Auto, programa de incentivo ao desenvolvimento dos veículos brasileiros, devem também favorecer o consumo local de mais plásticos de engenharia, no entender de Curti.

“O efeito seria ainda maior se tivéssemos por aqui uma legislação de emissões tão restritiva como a europeia ou norte-americana”, avalia.

TRÊS CICLOS

As aplicações de plásticos de engenharia nos veículos evoluíram bastante com a história da indústria automobilística brasileira. No início as peças passaram a substituir o metal em aplicações que exigiam apenas boa aparência, acabamento e funcionalidade, como retrovisores, calotas e maçanetas.

Em uma segunda etapa as poliamidas ganharam espaço sob o capô dos veículos. Havia a garantia de substituir os metais com vantagem no peso e bons resultados na área de segurança.

Foi o caso, também, das pedaleiras plásticas, que podem se fragmentar em caso de impactos significativos, evitando ferimentos nos pés dos motoristas. O ciclo atual de conquista de espaço dos plásticos de engenharia atende a integração de sistemas com partes que podem ser de alumínio, por exemplo, como em coletores de admissão, cárter do óleo e módulos de filtros.

A evolução dos motores em direção a maior eficiência energética e desempenho, com o uso de turbos, abre novo espaço para o plástico de engenharia. Nesse caso, os propulsores tornam-se mais compactos e seus componentes podem ser moldados com mais detalhes com o emprego de poliamidas. Além disso fica mais fácil incorporar dezenas de sensores eletroeletrônicos que garantem a conectividade entre sistemas. O

desenvolvimento das peças é facilitado com o recurso de impressoras 3D, que permitem a obtenção rápida de protótipos.

MERCADO

Curti reconhece que o mercado de veículos leves continuará andando de lado até o fim do ano que vem, absorvendo pouco mais de 2,4 milhões de unidades em 2015. Para ele, a recuperação ao nível de 2013 só ocorrerá em quatro anos. Já o segmento de veículos pesados, caracterizado por baixos volumes, tem demonstrado pouco interesse na substituição de componentes metálicos por similares de plástico – possivelmente pela escala de produção.

“A aplicação de plásticos de engenharia exige volumes expressivos, já que os investimentos em desenvolvimento e ferramental são importantes”, pondera Curti.

Salão Duas Rodas começa, em mais um ano de queda

08/10/2015 – Fonte: Automotive Business



Apesar da perspectiva de retração do mercado pelo quarto ano seguido, começa na quarta-feira, 7, o Salão Duas Rodas, que ocorre no Anhembi até 12 de outubro. No dia reservado à imprensa, a Abraciclo, associação dos fabricantes, revisou pela segunda vez no ano seus números e prevê queda de 10,5% ou 1,28 milhão de unidades emplacadas, mesmo total estimado por Automotive Business há um mês .

Entre os lançamentos importantes a BMW anunciou no Anhembi a produção de uma moto de média cilindrada baseada na G 310 Stunt Concept (foto ao lado), mostrada em primeira mão no Brasil.

“Ela tem potencial para 80 mil unidades por ano”, acredita o diretor de vendas e marketing da BMW Motorrad, Heiner Faust. A fabricante usa as instalações da Dafra em Manaus há seis anos, onde tem 160 funcionários. Outra moto mostrada no evento foi a S 1000 XR, uma sport tourer com preço sugerido de R\$ 68,9 mil.

A Honda anunciou o início da produção de mais um scooter, o SH 300i, que chega no primeiro semestre de 2016. Assim como ocorre com o modelo mais vendido da categoria, o PCX 150, o SH 300i usará componentes nacionalizados no Brasil e importados da Tailândia. O estande da líder de mercado (81%) também reservou espaço para a renovada CB Twister.

A fabricante também confirmou para 2016 a produção local da CRF 1000L Africa Twin. Honda e Yamaha ficaram devendo mudanças em modelos abaixo de 150 cc. Da primeira eram aguardadas a Biz 100 e a CG 125 com injeção eletrônica.

O mesmo se esperava dos modelos de 110 e 125 cc da Yamaha. Essas renovações eram aguardadas por causa da entrada em vigor em janeiro da segunda fase do Promot 4, programa de redução de emissões para motos. Os estoques na rede impediram a apresentação dessas novidades.

A Yamaha levou alguns lançamentos antecipados recentemente como a 150 Factor e motos de alta cilindrada como a MT-09 Tracer e a esportiva R1 . Também mostrou séries

especiais para comemorar os 60 anos da produção de motos pela companhia, com pintura característica de modelos antigos e de competição.

A retração de mercado que neste ano também fez encolher o segmento de alta cilindrada não impediu a estreia da Indian como fabricante e como mais uma a utilizar a estrutura da Dafra para montar em Manaus.

“Queremos vender 800 unidades em 2016”, afirma o diretor-geral para o Brasil, Rodrigo Lourenço. “A operação comercial no País começa na virada de outubro para novembro. Teremos quatro concessionárias até o fim do ano, em quatro capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis e Belo Horizonte”, diz Lourenço.

Questionado sobre a presença da marca Indian no imaginário dos motociclistas atuais, o executivo responde: “As pesquisas nos surpreenderam, tanto por consumidores acima como abaixo dos 40 anos.”

Os três primeiros modelos a chegar à rede são a Scout (R\$ 49.990), a Chief Classic (R\$ 79.990) e a Chief Vintage (R\$ 89.990). No primeiro trimestre de 2016 chegam a Chieftain e a Chief Roadmaster. A Scout utiliza motor V2 de 1.133 cc refrigerado a líquido. O restante da linha vem com um exagerado V2 de 1.811 arrefecido a ar.

A Ducati revelou o preço da Scrambler Ikon, mostrada no fim de setembro. A moto já é montada em Manaus (também na Dafra) e custará R\$ 36,9 mil. No Salão Duas Rodas há outras três versões da Scrambler: Classic, Urban Enduro e Full Throttle. Elas chegam no primeiro trimestre de 2016, assim como a nova esportiva 1299 Panigale.

Maioria das principais economias enfraquece, mostra indicador da OCDE

08/10/2015 – Fonte: Reuters

O crescimento parece estar diminuindo na maioria das principais economias do mundo, incluindo Estados Unidos e em especial na China, afirmou nesta quinta-feira a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE).

A OCDE disse que seu indicador mensal, uma medida sintética que busca capturar momentos de virada no clima econômico, mostrou moderação do crescimento em geral. Entretanto, a zona do euro ficou estável, com o crescimento na verdade se firmando na França e na Itália, e também na Índia.

Tomando a leitura de 100 como média de longo prazo, a China caiu mais, para 97,2 ante 97,6 na leitura anterior, disse a OCDE. A economia dos EUA caiu para 99,2 ante 99,5, o Japão para 99,8 de 99,9 e o Reino Unido a 99,5 de 99,7.

Entre os pontos positivos, a zona do euro como um todo permaneceu em 100,7, com a Alemanha também permanecendo em 100,0. A leitura da França subiu para 100,8 de 100,7 e a da Itália passou a 101,0 de 100,9.

Entre as grandes economias emergentes, a leitura da Índia passou a 99,9 de 99,8. Mas Brasil recuou para 98,8 ante 98,9. China e Rússia também caíram.

Índice europeu fecha em leve alta com ganhos de mineradoras e montadoras

08/10/2015 – Fonte: Reuters

O principal índice acionário europeu fechou com leve alta nesta quarta-feira, devolvendo os ganhos de mais cedo uma vez que os ganhos entre os papéis de mineradoras e montadoras compensaram o declínio das ações de companhias aéreas.

O índice FTSEurofirst 300 reduziu os ganhos no final da sessão e fechou com alta de 0,12 por cento, a 1.423 pontos. Mais cedo o índice chegou a registrar alta de mais de 1 por cento, tocando seu nível mais alto em cerca de um mês.

Um operador disse que as perdas iniciais em Wall Street pesaram sobre as ações europeias enquanto a cobertura de posições vendidas parece ter chegado ao fim diante do ressurgimento de preocupações econômicas globais.

"O quadro macro não dá motivos nem para comprar nem para vender ações, mas dados os baixos rendimentos dos títulos, há poucas alternativas de investimentos às ações", disse o presidente da Ambrosetti Asset Manager, Riccardo Ambrosetti.

O setor de mineração liderou os ganhos, coroando os setes dias consecutivos de alta com ganhos de 5,2 por cento nesta quarta-feira.

Os papéis das companhias aéreas estavam entre as maiores perdas após o Crédit Suisse cortar a classificação do setor para "equal-weight" de "overweight". No setor, inicialmente afetado pela alta dos preços do petróleo, a IAG, a easyJet e a Ryanair caíram mais de 5 por cento.

No setor automotivo, a Volkswagen subiu 7,1 por cento, tendo ganhos pelo terceiro dia seguido. O grupo alemão disse nesta quarta-feira que deve levar tempo para chegar ao fundo do escândalo das fraudes dos testes de emissões, enquanto a chanceler alemã, Angela Merkel, disse acreditar que a Volkswagen está fazendo o melhor para resolver seus problemas.

Em LONDRES, o índice Financial Times avançou 0,16 por cento, a 6.336 pontos.

Em FRANKFURT, o índice DAX subiu 0,68 por cento, a 9.970 pontos.

Em PARIS, o índice CAC-40 ganhou 0,14 por cento, a 4.667 pontos.

Em MILÃO, o índice Ftse/Mib teve desvalorização de 0,79 por cento, a 22.007 pontos.

Em MADRI, o índice Ibex-35 registrou alta de 0,66 por cento, a 10.170 pontos.

Em LISBOA, o índice PSI20 valorizou-se 0,64 por cento, a 5.496 pontos.

(Reportagem adicional por Atul Prakash em Londres).

Fusão com Nordex fortalece Acciona no mercado eólico brasileiro, diz diretor

08/10/2015 – Fonte: Reuters

A fabricante espanhola de turbinas eólicas Acciona Windpower acredita que a fusão com a alemã Nordex, anunciada nesta semana, fortalecerá sua posição no mercado brasileiro, onde a competição deve ser acirrada nos próximos anos, afirmou à Reuters o diretor Christiano Forman.

O executivo lembrou que as empresas terão pela frente um grande rival, formado pela aquisição da unidade de energia da francesa Alstom pela norte-americana GE, aprovada recentemente pelas autoridades dos EUA e da Europa.

"Com a fusão entre GE e Alstom criando um líder de mercado, o fato de a Acciona fazer parte de uma organização maior, com mais recursos para investir e com mais presença global, com certeza melhora o posicionamento da empresa para continuar crescendo no mercado brasileiro", afirmou Forman.

Com cerca de 1,2 gigawatt em contratos de fornecimento de turbinas eólicas fechados no Brasil, a Acciona aparece atrás de GE, Alstom e da alemã Wobben Enercon em participação de mercado no país, segundo dados compilados pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Segundo Forman, essa forte atuação da empresa no Brasil foi um dos fatores que pesaram na operação com a Nordex, que abrirá novos mercados para a companhia resultante da união entre os grupos.

"Quando você olha as duas empresas, a Nordex tem bastante sucesso em vendas na Europa, enquanto a Acciona tem a maior parte das vendas nas Américas -- Brasil, Estados Unidos e México. Essa complementaridade foi fundamental para a lógica da transação", explicou Forman.

A Acciona possui no Brasil capacidade anual para produção de equipamentos para geração de 300 megawatts, mas já trabalha em uma expansão para 450 megawatts, que deverá estar concluída até o final deste ano.

Forman adiantou que a empresa está preparada para uma expansão adicional, para 600 megawatts, mas disse que o movimento dependeria da capacidade dos fornecedores de outros equipamentos que fazem parte da cadeia produtiva da energia eólica.

"O que limita nossa capacidade é a cadeia de produção... estamos trabalhando com os parceiros, vendo o próximo passo que pode ser dado... depende também das oportunidades comerciais", explicou.

O Brasil possui atualmente 6,6 gigawatts em usinas eólicas em operação, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Abeeólica estima que o país pode chegar a 20 gigawatts instalados em 2020.

LICITAÇÕES FUTURAS

O diretor da Acciona no Brasil disse que a companhia tem conversado com clientes e potenciais investidores interessados no próximo leilão de energia que contratará parques eólicos, agendado para novembro, mas as negociações aguardam a divulgação dos preços-teto da licitação.

"Está todo mundo em compasso de espera para ver se (o preço) vai refletir a realidade do mercado hoje", afirmou Forman.

O executivo disse que as empresas têm enfrentado maiores custos devido à desvalorização do real frente ao dólar, uma vez que as turbinas eólicas ainda têm muitos componentes importados.

"Tem uma variação muito grande do dólar recentemente... e a nova realidade de juros também causa uma nova realidade de preços no mercado. Mas como esses fatores afetam todas as fontes, a energia eólica vai continuar competitiva no Brasil", disse Forman.

Para o diretor, o país deverá enfrentar um ciclo de menor crescimento da demanda por energia, como resultado da retração da economia, o que deve afetar o ritmo de expansão da energia eólica. Ele acredita, no entanto, que uma vez que a economia melhora, a fonte seguirá entre as mais contratadas, devido aos preços baixos.

"Estamos tendo agora esse ajuste da economia brasileira, que causa uma retração para todo mundo. Mas no longo prazo vemos a fonte eólica crescendo, porque é muito competitiva", afirmou.

A carga de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional caiu 3 por cento em setembro na comparação com o mesmo mês de 2014, segundo boletim do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Greve completa dois dias e cresce 40% no país, diz confederação de bancários

08/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A greve dos bancários entra nesta quinta-feira (8) em seu terceiro dia e atingiu 8.763 agências e centros administrativos de bancos públicos e privados de todo o país ontem (quarta), segundo informa a Contraf-CUT.

Se considerado o dado divulgado pela entidade na terça, o número representa aumento de 40% em relação à primeiro dia de movimento (6.251 agências). O Brasil tem 23.110 agências de acordo com o Banco Central.

A paralisação ocorre em 26 Estados e no Distrito Federal para pedir reajuste de salarial de 16%. Os bancos ofereceram 5,5% de reajuste com R\$ 2.500 de abono fixo, mas a proposta foi rejeitada.

A Fenaban, federação que representa os bancos, não divulga o nível de adesão nem atividades afetadas pela greve.

Em São Paulo, o sindicato informa ter paralisado 616 locais, sendo 23 centros administrativos e 593 agências. Na terça pararam 18 centros e 582 agências.

A adesão passou de 38 mil funcionários para 50 mil, segundo informou o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

ESTRATÉGIA

A estratégia definida para o movimento grevista deste ano —de atingir os centros administrativos dos bancos e não somente agências— foi mantida e ampliada.

No segundo dia de greve, além de operações de câmbio, arrecadação e foram paralisados prédios onde funcionam call centers de alguns bancos, como o Santander. O banco não comenta.

São 500 mil bancários em campanha salarial no país, sendo 142 mil representados pelo sindicato de São Paulo.

Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, diz que os bancários querem manter "o modelo de negociação que deu certo nos últimos onze anos, que é a reposição da inflação, mais ganho real".

A proposta de reajuste feita pelos bancos é de 5,5% de reajuste, enquanto a inflação acumulada em 12 meses encerrados em é de 9,885 (INPC)

"Os banqueiros querem voltar a um desenho com um índice menor que a inflação mais um abono. Esse formato, que traz redução de salário, foi derrotado nos anos 90. Isso é um retrocesso que não vamos admitir", disse o presidente da confederação.

Em nota enviada na ocasião da aprovação da greve, na semana passada, a Fenaban (Federação Nacional de Bancos) informou que a proposta feita "visa compensar perdas

decorrentes da inflação passada, sem contaminar os índices futuros, o que iria contra os esforços do governo para reequilibrar os fundamentos macroeconômicos".

Destaca ainda que a proposta da federação mantém o poder de compra médio da categoria nos últimos doze meses e que, desde 2004, houve um processo de aumento real dos salários dos bancários sem interrupção.

"O reajuste de 5,5% está em linha com a expectativa de inflação para os próximos 12 meses. Índices acima das expectativas de inflação podem contribuir para maior dificuldade na queda dos índices inflacionários", informa a nota.

Além do reajuste salarial, os bancários receberiam participação de 5% a 15% dos lucros dos bancos. De acordo com os bancos, essa fórmula de distribuição do lucro, aplicada, por exemplo, ao salário de um caixa bancário, de R\$ 2.560,00, pode garantir o equivalente a até quatro salários.

Os bancos ofereceriam ainda um abono de R\$ 2,5 mil que seria distribuído igualmente para toda a categoria dos bancários sem ser incorporado aos salários.

GREVES ANTERIORES

No ano passado, os bancários receberam aumento real (acima da inflação) de 2,02%, após uma greve de cinco dias.

A categoria recebeu aumento real de 20,07% no período entre 2004 e 2014.

A paralisação mais longa foi em 2004, quando a categoria parou por 30 dias.​

*** AS REIVINDICAÇÕES DOS BANCÁRIOS**

- > Reajuste Salarial de 16%, sendo 5,7% de aumento real, com inflação de 9,88% (INPC)
- > Participação nos Lucros e Resultados no valor de três salários mais R\$ 7.246,82 fixos
- > Piso de acordo com salário mínimo do Dieese, de R\$ 3.299,66
- > Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá no valor do salário mínimo nacional (R\$ 788);
- > 14º salário
- > Fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e à precarização das condições de trabalho.
- > Mais segurança nas agências bancárias.

MAN pode aderir a programa contra demissões

08/10/2015 – Fonte: Em.com

A fabricante de caminhões MAN Latin América negocia com os cerca de 4,2 mil funcionários da fábrica de Resende (RJ) adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

A ideia é reduzir a jornada em 20% e os salários em 10%, já que metade do corte salarial é bancada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O grupo alega ter 1,2 mil excedentes.

Se aprovada a adesão, será a quinta montadora a participar do programa, cujo objetivo é evitar demissões. Ao todo, já há 33 mil trabalhadores do setor previstos para entrar no PPE.

O presidente da MAN, Roberto Cortes, quer adotar o PPE por um ano, período em que espera uma recuperação do mercado. Até setembro, as vendas de caminhões da marca, líder no setor, caíram 42,3%.

"A ideia é substituir duas ferramentas adotadas atualmente, a redução da jornada e salários em 10% - em vigor desde janeiro - e o lay-off de 700 funcionários que voltariam em novembro", diz Cortes.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Bartholomeu Citeli, vê dificuldades em aprovar a proposta. "Começamos 2015 com salários reduzidos e não queremos começar 2016 do mesmo jeito."

A Ford vai suspender a produção de motores em Camaçari (BA) de hoje até dia 16. Na unidade do ABC paulista, não haverá expediente nesta sexta-feira, 9. As informações são do jornal

Volkswagen diz que ainda não foi notificada sobre ação na Justiça brasileira

08/10/2015 – Fonte: Em.com

Após ter sido acionada na Justiça brasileira a prestar esclarecimento sobre a denúncia de fraude em veículos, a montadora Volkswagen informou que ainda não foi notificada oficialmente e, portanto, "não tem condições de se manifestar".

A empresa é investigada sobre a possibilidade de veículos no País possuírem o mesmo software que alterou motores a diesel da marca nos Estados Unidos e na Europa para torná-los mais eficientes durante testes de emissões de gases.

Investigação foi aberta pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e uma ação na Justiça foi ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI).

O IBDI pede que a companhia seja obrigada a prestar informações detalhadas sobre o assunto no Brasil. De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a ação foi impetrada na última segunda-feira, 5 de outubro, e já foi distribuída para um juiz da 6ª Vara Cível de Brasília. Ainda não há nenhuma decisão.

Alumini faz acordo para pagar R\$ 6 milhões a demitidos do Comperj

08/10/2015 – Fonte: Em.com

Cerca de 2,3 mil operários que trabalhavam no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e a Alumini Engenharia, empreiteira que está em recuperação judicial, chegaram a um acordo para o pagamento de parte do valor devido pela empresa, informou nesta quarta-feira, 7, o Ministério Público do Trabalho (MPT-RJ). A Alumini já depositou R\$ 4 milhões e pagará mais R\$ 2 milhões, ainda este mês, aos ex-funcionários. A negociação foi conduzida pelo MPT-RJ.

O pagamento foi dividido em três parcelas, sendo a última a ser depositada no próximo dia 23. Segundo nota enviada pelo MPT-RJ, os R\$ 6 milhões correspondem a cerca de 15% do valor total, calculado em R\$ 38 milhões, que a companhia deve aos trabalhadores.

Ainda de acordo com o MPT-RJ, o acordo foi homologado pela Justiça no último dia 17 e duas das parcelas devidas, o equivalente a R\$ 4 milhões, já foram depositadas em juízo, para serem distribuídas aos trabalhadores.

"O montante servirá para pagar parte das verbas trabalhistas devidas aos ex-empregados, como aviso prévio, 40% de FGTS, férias e décimo terceiro salário", diz a nota do MPT-RJ.

O restante do valor devido pela Alumini aos trabalhadores será pago em seis parcelas iguais, mensais e sucessivas. A primeira deverá ser quitada 30 dias após a homologação

do plano de recuperação judicial da empresa por parte do juiz da 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial de São Paulo, o que ainda não ocorreu. "No último dia 25, foi aprovado pelos credores o plano de recuperação da empresa, um dos procedimentos necessários à homologação", diz a nota do MPT-RJ.

Minério de ferro sobe na China após feriado prolongado

08/10/2015 – Fonte: R7

O minério de ferro no mercado à vista da China subiu nesta quinta-feira com siderúrgicas buscando recompor estoque após a pausa de uma semana do feriado do Dia Nacional.

Os ganhos, contudo, podem ter curta duração, já que os preços do aço podem forçar as usinas a reduzirem produção, cortando a demanda por minério, alertaram operadores e analistas.

"Como todo mundo voltou do feriado, pode haver algumas siderúrgicas que precisam recompor seus estoques", disse um operador de minério de ferro em Xangai. "Assim, os preços do minério podem ter alguns ganhos esta semana e na próxima."

O minério com entrega imediata no porto de Tianjin subiu 0,7 por cento nesta quinta, para 54,80 dólares por tonelada, segundo o The Steel Index.

Na bolsa de Dalian, o contrato futuro de minério de ferro fechou em alta de 1,9 por cento.

Juros bancários são os maiores em 20 anos, informa pesquisa do Procon

08/10/2015 – Fonte: R7



Os juros do cheque especial chegaram a 12,28% no mês em outubro — a maior marca desde setembro de 1995 — quando a taxa era 12,58%, informa pesquisa da Fundação Procon-SP.

Das sete instituições financeiras que fazem parte da pesquisa, cinco elevaram a taxa do cheque especial e uma do empréstimo pessoal. A taxa média do cheque especial chegou a 12,28% ao mês, superior à do mês anterior, equivalente a 11,90%, acréscimo de 0,38 ponto percentual.

A maior alta verificada ocorreu na Caixa Econômica Federal, que alterou a taxa de 10,35% para 11,38% ao mês, variação de 9,95% em relação à taxa de setembro.

O Santander registrou variação positiva de 4,21% em relação ao mês anterior, o Banco do Brasil teve variação de 3,69%, o Itaú, variação de 2,58%, e o Bradesco, variação de 2,41%. Os demais bancos mantiveram suas taxas.

No empréstimo pessoal, a taxa média dos bancos pesquisados foi 6,27% ao mês, superior à do mês anterior, que foi 6,26%. Nesta linha de crédito, o Bradesco elevou a taxa de

6,57% para 6,61% ao mês, variação positiva de 0,61% em relação à taxa de setembro. Os demais bancos mantiveram suas taxas.

Fenabreve estima crescimento de 4% a 5% nas vendas de veículos em 2016

08/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A Federação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Fenabreve) sinalizou que espera uma leve recuperação na venda de veículos no ano que vem no Brasil, com uma retomada principalmente no segundo semestre.

A perspectiva de melhora, de acordo com o presidente da entidade, Alarico Assumpção Junior, está ancorada basicamente nos resultados positivos do agronegócio brasileiro.

Ele lembrou que o setor agrícola foi cauteloso nos investimentos em 2015, o que deve gerar uma demanda reprimida em 2016 tanto por máquinas agrícolas como por caminhões para transportar a produção.

"Não houve suficiente venda este ano, mas não se pode postergar muito. A frota está antiga", disse em evento da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), na capital gaúcha.

Ele informou que trabalha com uma projeção de crescimento entre 4% e 5% nas vendas totais de veículos em 2016, considerando todo o mercado automotivo doméstico. "Isso ainda é pouco", reconheceu, acrescentando que, pelo menos, será possível "tirar um pouco a diferença" da queda acentuada de 2015.

Assumpção fez questão de salientar que não se trata de uma previsão formal para 2016, já que o cenário político conturbado dificulta a tarefa de traçar metas de médio prazo. "O que é hoje pode não ser mais no final da tarde, quanto mais para amanhã. E isso gera uma desconfiança muito grande", disse.

Do ponto de vista econômico, ele considerou que o ajuste fiscal, embora amargo e limitador, é necessário para se sair "do marasmo" atual.

O presidente de Fenabreve aponta a retração do Produto Interno Bruto (PIB) e a falta de perspectiva de retomada da economia como principais fatores limitadores do mercado. "Claro que a interrupção de programas governamentais de financiamento e a recomposição do IPI atrapalham, mas o mais importante seria a retomada do PIB", disse.

Outro problema considerado crucial é a baixa confiança tanto do empresário como do consumidor, que recentemente vem sendo ainda mais afetada pelo cenário de instabilidade política.

Fechamento. Assumpção afirmou que a crise do mercado automotivo já provocou o fechamento de 776 empresas no setor de distribuição em 2015, levando em conta toda rede de concessionárias no Brasil - que inclui automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, máquinas agrícolas e motocicletas. Segundo ele, considerando aquelas marcas

que chegaram ao País ou abriram novas lojas, o saldo de concessionárias fechadas é de cerca de 340, o que causou a redução de 17 mil vagas de emprego.

O número de 776 fechamentos é um pouco superior ao divulgado pela Fenabreve no início de setembro, de 691. O saldo, no entanto, é praticamente o mesmo, assim como o número de trabalhadores demitidos.

"O setor atravessa um momento extremamente difícil com o desaquecimento da economia. Em números redondos voltamos ao patamar de dez anos atrás com relação a volume (de vendas) e resultado, mas com uma estrutura muito maior que a do passado", afirmou.

Ele lembrou que as exportações têm sido levemente favorecidas pela desvalorização do real, mas que o mercado doméstico, pelo qual a Fenabreve responde, "tem feito um sacrifício desigual".

No início do mês de outubro, a Fenabreve informou que a comercialização total de veículos novos no Brasil caiu 3,46% em setembro ante agosto e 32,4% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Com o resultado, de acordo com a entidade, as vendas acumulam queda de 22,66% no ano.

A entidade espera uma situação um pouco mais favorável no final deste ano, motivada por uma questão sazonal - lançamento de novos produtos por parte das montadoras e consumidores mais capitalizados por conta do décimo terceiro.

Nada que seja suficiente para mudar o cenário atual. Assumpção salientou que a Fenabreve mantém a previsão de queda de 23,8% nas vendas totais de veículos em 2015 ante 2014.

Volkswagen apresenta plano para reparo de motores fraudados

08/10/2015 – Fonte: Época Negócios



O grupo Volkswagen enviou nesta quarta-feira (7/10) às autoridades alemãs seu plano de ação para regular os veículos com motores a diesel que foram fraudados, o que exigirá mudanças no software no caso dos motores de 2 litros e, muito provavelmente, consertos técnicos adicionais nos de 1,6 litro.

Segundo o ministro dos Transportes da Alemanha, Alexander Dobrindt, a Volkswagen cumpriu os prazos fixados e enviou hoje ao Escritório Federal de Veículos a Motor do país um "extenso documento" com o calendário e as medidas previstas para solucionar o escândalo das manipulações.

O plano prevê um recall, como o grupo havia sido antecipado ontem ao explicar que em alguns modelos seria suficiente uma modificação do software, e em outros será preciso reparar o hardware.

A Volkswagen espera ter o novo software para os motores de 2 litros ainda neste ano e começar a instalá-los no começo de 2016, mas a solução técnica para os motores de 1,6

litro afetados - 3,6 milhões de veículos na Europa - não é esperada para antes de setembro de 2016, por isso, segundo Dobrindt, será preciso esperar para ver quanto durará todo o processo.

O Escritório Federal de Veículos a Motor, afirmou o ministro, precisa de alguns dias para examinar o plano do consórcio automobilístico e tomar uma decisão "independente" sobre as medidas apresentadas.

Segundo disse hoje em uma entrevista ao jornal "Frankfurter Allgemeine Zeitung" o executivo-chefe do grupo, Matthias Müller, o objetivo da Volks é começar em janeiro a fazer as revisões dos carros e executar os consertos ao longo de 2016.

Müller disse que previsivelmente o número de veículos afetados está abaixo de 11 milhões - número divulgado até agora pela empresa -, mas admitiu que de qualquer forma é muito expressivo.

O conselho de supervisão da Volkswagen apresentou hoje seu novo presidente, Hans Dieter Pötsch, que ratificou o compromisso do grupo em esclarecer o escândalo até o final.

Motorista alemã exige indenização da VW e dinheiro de volta

08/10/2015 – Fonte: Exame



Uma motorista alemã abriu um processo em que pede uma indenização da Volkswagen e o dinheiro pago por seu carro de volta, por causa do escândalo de manipulação das emissões poluentes nos motores à diesel da companhia.

O tribunal de Braunschweig, no norte da Alemanha, informou nesta quarta-feira da ação, aberta por uma motorista que adquiriu um automóvel do modelo "Blue Motion" por razões ecológicas.

A motorista escolheu esse modelo apesar de ser mais caro do que outros equivalentes por considerar que provocava menos danos ao meio ambiente, e agora se sente frustrada, argumentou o advogado.

Continuar a conduzir um automóvel que provoca mais emissões tóxicas do que as declaradas "não é aceitável" para a litigante, acrescentou seu representante legal.

Semana passada um investidor privado alemão abriu um processo para cancelar a compra de ações da Volkswagen realizada há alguns meses.

Hoje termina o prazo dado pelas autoridades alemãs ao consórcio para apresentar um calendário de solução das manipulações realizadas em 2,8 milhões de veículos na Alemanha, 11 milhões no mundo todo.

O novo presidente da VW, Matthias Müller, em entrevista publicada hoje pelo jornal "Frankfurter Allgemeine Zeitung", que em janeiro começarão os consertos dos veículos

com motores à diesel manipulados, operação que espera que esteja terminada no final de 2016.

Müller anunciou ontem que o grupo deverá tomar medidas dolorosas e revisará seu plano de investimentos para lidar com as consequências financeiras do escândalo.

CNI convoca empresários a participar de consulta pública sobre Novo Fluxo de Exportação

08/10/2015 – Fonte: Agência CNI

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e Receita Federal iniciaram nesta quarta (7) enquete sobre mudanças nos processos de comércio exterior.

Regras

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem grande interesse na consulta pública sobre o Novo Fluxo de Exportação, que aberta a partir desta quarta-feira (7) até o dia 30 de outubro, no site do Portal Único, e convoca os empresários brasileiros a opinar.

A CNI considera a participação essencial para que o projeto se aproxime ao máximo da realidade do setor privado e o setor produtivo possa se beneficiar com a revisão dos processos, criados em 1990.

O Novo Fluxo de Exportação será o primeiro módulo do Portal Único a ser entregue aos operadores de comércio exterior, despachantes, operadores logísticos e agentes de carga. Ele nasce do mapeamento de todo o processo de exportação pelo Instituto Procomex, que é uma parceria entre governo e CNI.

Os empresários poderão acompanhar as mudanças na cartilha, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Receita Federal do Brasil, com o detalhamento do novo processo e do novo sistema que irá gerenciá-lo.

A grande novidade é a substituição do registro de exportação (RE), da declaração de exportação (DE) e da declaração de exportação simplificada (DES) por um documento único. Assim, a Receita Federal espera uma redução no número de retificações, além de permitir a atuação concomitante dos diversos intervenientes, inclusive com verificações físicas em conjunto.

Esta ação reduzirá o custo com armazenamento e transporte, pois, atualmente, exportadores e importadores precisam deixar suas mercadorias a mercê da agenda de fiscalização dos órgãos, que nem sempre combina.

BENEFÍCIOS – A ideia é a automatizar operações no processo de exportação, reduzindo o tempo do despacho aduaneiro de exportação e a burocracia; permitir que as licenças e autorizações necessárias no processo de exportação sejam concedidas por período de tempo e por lote podendo ser utilizadas em diversas operações e não apenas operação a operação; eliminar a redundância na prestação de informações; garantir transparência, previsibilidade, flexibilidade e simplicidade possível no processo de exportação, e garantir a integridade de dados, inclusive com aqueles constantes nas notas fiscais de exportação.

Entre outros benefícios, também está a apresentação da carga para despacho que será automatizada, com o resultado da análise de risco individual, podendo ser comunicado imediatamente após a chegada da carga no recinto aduaneiro.

Todo o trabalho é para reduzir custos e simplificar o comércio exterior, no entanto, é importante que as empresas se manifestem. Acompanhe as mudanças e faça suas observações.

[O que muda com o Novo Fluxo de Exportações](#)

A. Menos burocracia

Antes: três documentos para prestação de informações relacionadas à operação de exportação: registro de exportação, declaração de exportação e declaração simplificada de exportação.

Depois: Declaração Única de Exportação será o único documento para a prestação de informações sobre a operação de exportação para fins administrativos, fiscais e aduaneiros.

B. Agilidade na movimentação

Antes: falta de sistema adequado para integração das informações sobre carga com as informações do registro e da declaração de exportação. Consequência: falta de informação atrasa movimentação das mercadorias em recintos alfandegados (portos, aeroportos e portos secos) e prejudica o uso eficiente de espaços nesses locais.

Depois: criação de novo sistema de controle de carga de exportação integrado à Declaração Única de Exportação (DU-E). O sistema controlará toda a movimentação de carga e proverá a depositários informações sobre a situação do despacho, agilizando a fiscalização e a movimentação da carga nos recintos.

C. Maior integração

Antes: dados das declarações de exportação desintegrados da nota fiscal. Consequência: incidência maior de erros de declaração e custos elevados para elaboração de declarações.

Depois: dados da nota fiscal eletrônica são automaticamente transmitidos à DU-E, sendo sua base de informações. Tem-se a integridade plena entre os dados da documentação fiscal com os da Declaração, com maior facilidade no preenchimento dessas devido à migração automática das informações das notas vinculadas.

D. Facilidade

Antes: autorizações, licenças, certificados e outros documentos públicos de exportação devem ser obtidos seguindo procedimentos distintos em sistemas ou balcões de cada um dos órgãos.

Depois: novo sistema para centralizar e uniformizar em um ponto único de acesso na internet a solicitação de todas as licenças, certificados e outros documentos públicos de exportação.

E. Automatização de processos

Antes: necessidade de anuências nos registros de exportação para a conferência documental por parte de órgãos emissores de licenças e autorizações de exportação para cada saída de mercadoria, com decorrente aumento dos tempos de exportação.

Depois: conferência documental automatizada com base em licenças e autorizações registradas no sistema podendo amparar diversas operações de exportação, com decorrente redução de tempos devido à dispensa de anuência de órgãos a cada saída de mercadoria.

China avisa que pode acionar OMC contra o Brasil

08/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

Wang Shouwen, vice-ministro de Comércio da China: alerta ao governo brasileiro

A China avisou ontem ao Brasil que não aceitará que, a partir de 11 de dezembro de 2016, o governo brasileiro continue sem reconhecer o país como economia de mercado e adotando metodologia flexível para impor sobretaxas contra produtos chineses.

Em reunião bilateral realizada em Istambul, o vice-ministro de Comércio da China, Wang Shouwen, deixou claro que, se o Brasil não reconhecer Pequim como economia de mercado a partir daquela data, Pequim acionará o Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como pretende fazer em relação a qualquer outro país com a mesma posição.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando de Magalhães Furlan, sugeriu a Wang que setores produtivos da China comesçassem a se relacionar mais com a indústria brasileira, para eventualmente convencê-la de que funcionam como economia de mercado.

A cobrança chinesa ilustra a dificuldade que setores da indústria brasileira, como têxteis, máquinas, calçados, automotivo e siderúrgico, terão dentro de pouco mais de um ano para se proteger da concorrência chinesa.

Em 2001, quando Pequim entrou na OMC, economias desenvolvidas, como EUA, União Europeia e Japão, se recusaram a reconhecer a China como economia de mercado. O argumento foi o de que os preços domésticos chineses eram estabelecidos por políticas e agências do governo e não pelas forças do mercado.

O governo chinês teve então de se submeter a uma cláusula de adesão com duração de 15 anos, pela qual os parceiros podiam usar metodologia mais flexível para calcular dumping contra produtos chineses. No comércio internacional, o dumping ocorre quando um país exporta mercadoria com preço abaixo do custo de produção, ou do preço interno.

Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa visita a Pequim, aceitou reconhecer a China como economia de mercado. O compromisso jamais foi cumprido, apesar das cobranças da segunda maior economia do mundo. Hoje, cerca de 35% das sobretaxas antidumping no Brasil são aplicadas contra mercadorias chinesas, acusadas de terem preços deslealmente baixos.

Nos encontros bilaterais à margem da reunião de ministros de comércio do G-20, ontem na capital turca, representantes dos EUA disseram aos brasileiros que não vão reconhecer automaticamente a China como economia de mercado, e acham que Pequim de fato poderá abrir uma disputa na OMC.

Tanto americanos como europeus acham não há como dar o status automaticamente a Pequim. O texto da cláusula que acaba no ano que vem é tema de debates polêmicos entre advogados.

Durante a reunião ministerial do G-20, Furlan afirmou que o Brasil está implementando facilitação de comércio e que até 2017 será reduzido em 40% a demora para autorização de operações de exportação e importação. Segundo o secretário, o prazo para obter a documentação para exportar cairá de 12 para 8 dias, e de importar de 14 para 10 dias.

Furlan faz parte da delegação brasileira em Istambul, integrada também por Marcio Cozendey, subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Marcos Galvão,

embaixador do Brasil na OMC, e Renato Resende, representante da Secretaria de Comércio Exterior.

Na reunião do G-20, o Brasil sugeriu que os países do grupo - as maiores economias desenvolvidas e emergentes - se comprometam no encontro dos líderes, em novembro, a não compensar a queda dos preços de commodities com a concessão de mais subsídios agrícolas, para não causar mais distorções no comércio internacional.

Observatório de Defesa Comercial

08/10/2015 – Fonte: CNI

O Jornal Valor Econômico noticiou no dia de hoje (matéria acima) que a China alertou o Brasil que poderá abrir um painel, na OMC, caso o país continue a adotar método de cálculo em seus processos antidumpings que não reconheça o país como economia de mercado a partir de 11 de dezembro de 2016.

O eventual reconhecimento do status da China como economia de mercado teria implicações práticas e reduziria de forma significativa o poder de proteção das medidas antidumping hoje aplicadas pelo Brasil contra produtos de origem chinesa.

Desde 2012, a CNI vem defendendo, de forma bem sucedida, junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que o Brasil não cedesse a pressões para antecipar o reconhecimento.

Em 2013, a CNI produziu estudo (resumo anexo), apresentado ao MRE e MDIC, que demonstrou que há fundamentos jurídicos consistentes para continuar o uso da mesma metodologia em investigações de dumping após 11 de dezembro de 2016 e defender essa posição em um eventual painel na OMC.

As conclusões do estudo e a evidente sensibilidade política e econômica do tema tornam recomendável intensificação de ação do setor privado. Nesse sentido, a CNI dará mais ênfase aos trabalhos sobre o tema e convocará nos próximos dias reunião com as entidades setoriais para elaborar posicionamento conjunto ao governo.

Resumo do estudo: [Clique Aqui](#)

Ficamos à disposição.
Equipe de Defesa Comercial
Confederação Nacional da Indústria

Portaria PGFN nº 693/2015 – Protesto Extrajudicial por falta de pagamento - Certidões de Dívida Ativa da União e do FGTS

08/10/2015 – Fonte: Gaia Silva Gaede & Associados

A Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) publicou, no DOU de 01/10/2015, a Portaria nº 693/2015, que altera a Portaria PGFN nº 429/2015 que disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A Portaria retirou a limitação anterior de R\$ 50.000,00, para cobrança de débitos de tributos federais e de FGTS por meio de Protesto Extrajudicial, medida esta que possibilita a PGFN cobrar débitos referidos também dos grandes devedores.

De acordo com o referido Ato publicado em 01/10/2015, a utilização do protesto extrajudicial de certidões de dívida ativa da União não impede a utilização dos demais

mecanismos de cobrança do crédito da PGFN, ocorre que, em 07/10/2015 o referido Ato foi republicado excluindo a previsão da possibilidade de utilização de demais mecanismos de cobrança, ou seja, a execução fiscal por meio de processo judicial.

Por fim, referida Portaria entrou em vigor na data de sua publicação.